



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e**  
2 **dois dias do mês de outubro de dois mil e oito.** Estiveram presentes os seguintes **Conselheiros**  
3 **Titulares: I. Usuários; I.1. Movimentos Sociais:** Sra. Cleusa Aparecida da Silva; Sr. Ercindo  
4 Mariano Junior; Sr. João Xavier; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sr. Francisco das Chagas V.  
5 Ferreira; Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Carlos R. de Oliveira –  
6 Distrito Sudoeste; Sr. Cláudio Trombetta – Centros de Referência; Sra. Ivone Crescêncio da S.  
7 M. – Distrito Sul; Sr. José Mendes Juvenal – Distrito Norte; Sra. Maria Helena Nogueira –  
8 Distrito Leste; Sra. Maria José M. da Costa – Distrito Noroeste; Sr. Paulo R. da Costa – Distrito  
9 Sul; **I.4. Associações de Portadores de Patologias:** Sra. Érica da Silva Vitorino; **I.5. Movimento**  
10 **Sindical:** Sr. Jadirson Tadeu Cohen Paranatinga; Sr. José Paulo Porsani; **II. Trabalhadores de**  
11 **Saúde; II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais; a. Rede:** Sra. Francisca  
12 Francinete da Silva; Sr. João das Graças Silva; **b. VISA:** Sra. Eloísa Israel de Macedo; **c. Hospitais**  
13 **e/ou Pronto-Atendimentos e/ou Pronto-Socorros:** Sr. Antônio Facin; Sra. Wilma Rosendo da  
14 Silva; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos; Sr. Wander de  
15 Oliveira Villalba; **II.3. Associações de Docentes das Universidades:** Sra. Maria Tereza Cristina T.  
16 L. M. – APROUCC; **II.4. Trabalhadores das Entidades de Prestadores de Serviço de Saúde**  
17 **Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **III. Gestores/Prestadores; III.1. Secretaria Municipal de**  
18 **Saúde:** Sr. Rober Tufi Hetem – Hospital Municipal Dr. Mário Gatti; **III.2. Hospitais**  
19 **Universitários:** Sr. Fábio Luiz Alves – HC UNICAMP; **III.3. Universidades:** Sra. Geowanna  
20 Aparecida Higino Silva Santos – PUCC; **III.4. Prestadores de Serviço da Saúde, Hospitalares ou**  
21 **não, conveniados ao SUS:** Sr. Simão Raskin; **III.5. Prestadores de Serviço em Co-Gestão:** Sr.  
22 André Luiz Castilho de Fonseca; e os seguintes **Conselheiros Suplentes: I. Usuários; I.1.**  
23 **Movimentos Sociais:** Sr. Waldomiro Aprile Junior; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra.  
24 Isabel Pereira de Oliveira; Sr. Edmilson Jacinto Marques; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra.  
25 Doraci Bonardo de O. Rossi – Distrito Norte; Sra. Francisca Maria Bezerra Lourenço – Centros  
26 de Referências; Sra. Teresita del Niño Jesus de la Nuez Quintana – Distrito Noroeste; **I.4.**  
27 **Associações de Pessoas com Deficiências:** Sra. Kátia Maria Fonseca D. Pinto; **II. Trabalhadores**  
28 **de Saúde; II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais; a. Rede:** Sra. Maria Ivonilde  
29 Lúcio Vitorino; **b. Hospitais e/ou Pronto-Atendimentos e/ou Pronto-Socorros:** Sra. Rozeli  
30 Ribeiro; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sra. Maria Izabel Nascimento Marques; Sr.  
31 Hildebrando de Barros Ribeiro; **II.3. Trabalhadores das Entidades de Prestadores de Serviço**  
32 **de Saúde Privados:** Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira; **III. Gestores/Prestadores; III.1.**  
33 **Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Renato Bento Maudonnet – Hospital Municipal Dr. Mário  
34 Gatti; **III.2. Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa – UNICAMP. **Faltaram** os seguintes  
35 **Conselheiros: I. Usuários; I.1. Movimentos Sociais:** Sr. Paulo Alberto; Sr. André Rodrigues  
36 Ribeiro (suplente); Sr. Jairson Valério dos Anjos (suplente); Sra. Maria de Fátima S. da Silva  
37 (suplente); Sr. Nilson Rodrigues de Oliveira (suplente); **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra.  
38 Denise Mateus; Sra. Soeli Alves Monteiro Gava (suplente); **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra.  
39 Antônia Bersi (suplente) – Distrito Sudoeste; Sr. Henri Maeda (suplente) – Distrito Sul; **I.4.**  
40 **Associações de Portadores de Patologias:** Sra. Maria Eloíza Salvador (suplente); **I.5.**  
41 **Movimento Sindical:** Sr. Ravail Teodoro Alves; Sr. Sidney Mendes da Silva; Sr. Waldney José  
42 Biz; Sr. Adilson Momente (suplente); Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita (suplente); Sra.  
43 Jenice Lílian Pizão (suplente); Sra. Mercedes dos Santos (suplente); Sr. Raimundo Nonato de  
44 Souza (suplente); **II. Trabalhadores de Saúde; II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde**  
45 **Municipais; a. VISA:** Sra. Salete Aparecida Alves (suplente); **b. Hospitais e/ou Pronto-**  
46 **Atendimentos e/ou Pronto-Socorros:** Sra. Neuza Aparecida Cardoso Carvalho (suplente); **II.2.**  
47 **Associações de Docentes das Universidades:** Sr. Mauro Antônio Pires D. da S. – ADUNICAMP;  
48 Sra. Lúcia Maria Bragazza (suplente) – APROUCC; Sra. Maria Cristina Bahia Wuthe (suplente) –  
49 ADUNICAMP; **II.3. Trabalhadores Estaduais na Saúde:** Sra. Sebastiana Maria de Souza; **III.**  
50 **Gestores/Prestadores; III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. José Francisco Kerr Saraiva;



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



51 Sra. Maria Cecília Brandt Piovesan; Sr. Edison Martins da Silveira; Sra. Sílvia Aparecida Maria  
52 Lutaif Dolci Carmona (suplente); Sra. Lígia Aparecida Neaime de Almeida (suplente); Sra. Deise  
53 Fregni Hadich (suplente); **III.2. Departamento Regional da Secretaria de Estado da Saúde:** Sra.  
54 Nadja Maria Moscoso Abdalla; Sra. Marlene Rizzioli de Lima (suplente); **III.3. Hospitais**  
55 **Universitários:** Sra. Luciane Aparecida Alves da Cunha – HMCP PUC; Sr. Luiz Carlos Zeferino  
56 (suplente) – HC UNICAMP; **III.4. Universidades:** Sr. Oswaldo da Rocha Grassiotto – UNICAMP;  
57 Sr. Joaquim Simões Neto (suplente) – PUC; **III.5. Prestadores de Serviço em Co-Gestão:** Sr.  
58 Eduardo Gaiger Keunecke (suplente). Justificaram a ausência os conselheiros: Sra. Maria  
59 Gonzalez Alvarez; Sra. Emanoele Lopes Garrido. O Sr. Ercindo Mariano Junior, presidente do  
60 Conselho Municipal de Saúde, realiza a primeira contagem de quorum. Após a verificação do  
61 quorum, deu início, saudando todos os presentes, em especial aos Conselheiros (as) que  
62 retornaram após afastamento devido a pleito eleitoral, os Conselhos Locais de Saúde  
63 presentes e os alunos do curso de Enfermagem da PUC. O Sr. Junior informou as pautas,  
64 sendo: **I.** Apresentação e Votação do Plano de Ações e Metas do Centro de Referência em  
65 Reabilitação; **II.** Prestação de Contas dos Tas “Glicemia”, “Dose Certa” e “05/2006”; **III.**  
66 Votação da Peça Orçamentária 2009 do Conselho Municipal de Saúde; **IV.** Votação das ATAS  
67 dos dias vinte de agosto e vinte e sete de agosto; **V.** Eleição dos Conselheiros representantes  
68 para a XV plenária nacional de Conselhos Municipais; **VI.** Informes. O Sr. Junior agradeceu, em  
69 nome dos conselheiros, o trabalho da Sra. Leonilda, enquanto estava afastado. O Sr. Cláudio  
70 Trombetta solicitou uma questão de ordem, onde pediu uma inversão de pauta devido a falta  
71 de condições de trabalho do Conselho Fiscal de Saúde e a impossibilidade de votar os Termos  
72 Aditivos, sendo que se fosse votado, o seria sem o parecer do Conselho Fiscal de Saúde.  
73 Solicitou que a Peça Orçamentária 2009 fosse apreciada primeiramente. O Sr. Junior justificou  
74 que a questão de ordem procede e que as pautas devem ser apreciadas primeiramente. Abriu  
75 o processo de votação para a inversão das pautas, solicitada pelo Sr. Cláudio Trombetta, sendo  
76 aprovado com 01 (hum) voto contrário. Iniciou a votação das ATAS, da reunião extraordinária  
77 realizada no dia vinte de agosto, sendo aprovada com 01 (hum) voto contrário e 02 (duas)  
78 abstenções, e da reunião ordinária do dia 27 de agosto, sendo aprovada com 01 (hum) voto  
79 contrário e 03 (três) abstenções. Após, o Sr. Facin iniciou a apresentação da Peça Orçamentária  
80 2009 do Conselho Municipal de Saúde. Enfatizou que a aprovação não é da Peça  
81 Orçamentária, pois a mesma já está aprovada desde 2006, na sétima Conferência Municipal de  
82 Saúde. A votação é do percentual de 0,30% do Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.  
83 Afirmou que o Conselho Municipal de Saúde deve ser um braço da Secretaria Municipal de  
84 Saúde. O Sr. Junior lembrou que houve um debate sobre esse tema no dia quinze de outubro.  
85 O Dr. Fábio, do Fundo Municipal de Saúde, parabenizou o Conselho Municipal de Saúde pelo  
86 avanço em discutir o Orçamento. Explicou que Orçamento engloba despesa e custeios e que a  
87 Peça Orçamentária da Prefeitura Municipal de Campinas é elaborada pela Secretária de  
88 Finanças e encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores até o dia trinta de setembro.  
89 Informou que a Audiência Pública sobre o Orçamento Municipal será realizada no dia 31 de  
90 outubro e que a verba prevista para a Saúde em 2009 será de R\$ 642.000.000,00 (seiscentos e  
91 quarenta e dois milhões de reais), bem acima da verba de 2008 de R\$ 540.000.000,00  
92 (quinhentos e quarenta milhões de reais). Explicou que a discussão do percentual para o  
93 Conselho Municipal de Saúde deve ficar claro, pois deve ser acima do orçamento executado e  
94 não sobre o previsto. Lembrou que fora colocado no Plano Plurianual uma dotação para o  
95 Conselho Municipal de Saúde que não é executado. E este Conselho sendo vinculado a  
96 Secretaria de Saúde, deve ser criado um grupo para execução e acompanhamento das  
97 licitações. Sugeriu que esse trabalho seja feito, no próximo ano, com certa antecedência. O Sr.  
98 Mendes afirmou que o dinheiro da Peça será suficiente para o funcionamento dos Conselhos  
99 Locais, como no caso da Eleição, que falta verbas para a divulgação, com carros de som.  
100 Afirmou que para o Conselho crescer deve ter mais votos. A Sra. Wilma realizou o apelo para



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



101 que o Conselho pudesse funcionar, pois o valor é necessário. Lembrou que em março, foi  
102 conversado sobre o orçamento e não foram informados sobre os prazos de entrega. Afirmou  
103 que a verba de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) não é suficiente para o trabalho, e, que, não  
104 dispõe de condições de trabalho, tais como: secretário, material, outro telefone. Diz ainda que  
105 o Orçamento de Campinas foi para a Câmara dos Vereadores com o mesmo valor para o  
106 Conselho. O Dr. Mauro parabenizou a iniciativa deste Conselho e lembrou que o uso do  
107 dinheiro público está de acordo com a Lei nº 8.666, sendo necessário planejamento de  
108 compras. Informou que não é permitido fracionar compras e que existem regras para as  
109 licitações. Lembrou que o Planejamento das Aquisições para o Conselho deve ser feito junto a  
110 Secretaria Municipal de Saúde. O Dr. Fábio, do Hospital das Clínicas – UNICAMP, falou sobre a  
111 importância dessa discussão e sobre a necessidade de pensar sobre o orçamento. Diz-se  
112 surpreso pelo montante e que é necessário esclarecer mais a divisão do dinheiro. Após, o Sr.  
113 Facin respondeu que o Dr. Fábio já tinha dado as datas. Lembrou que, segundo a discussão do  
114 dia 15 de outubro, ficou definido que, sendo votado e aprovado o percentual, seria feito o  
115 Plano de Ações e Metas, definindo os valores para as ações. Diz que se o Conselho Municipal  
116 de Saúde for visto como competidor, nada será construído e que, se puder ajudar, a rede  
117 básica funcionaria melhor. Diz que o pessoal treinado em licitações seria meio caminho  
118 andado para a execução. Afirmou que a gestão não trouxe o plano para discutir e desenvolver  
119 na rede básica. O Sr. Cláudio Trombetta falou sobre a falta de comunicação e perpetuação de  
120 conselheiros coniventes. Queixou-se da falta de informativo, citou a inauguração da Cirurgia  
121 Bucal no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, o qual não houve divulgação. Afirmou que a verba  
122 permanece a mesma independente dos índices de inflação e que a população não conhece o  
123 papel dos conselheiros. Diz que o Conselho Municipal de Saúde é subserviente a Secretaria  
124 Municipal de Saúde. A Sra. Cristina Ilário diz-se encantada e preocupada com a discussão do  
125 montante da verba. Segundo ela, para acontecer controle social tem que ter estrutura e que o  
126 Conselho deve ser o “pescoço” para fiscalizar o Poder Executivo. Diz que é necessário pensar  
127 na educação permanente. Diz ser necessário executar corretamente e que não consta no  
128 Regimento Interno e propôs que exista um momento de discussão e definição sobre a  
129 Execução do Orçamento do Conselho. Lembrou que os Planos de Ações e Metas têm que ter  
130 dotações destinadas ao controle social para a liberação das verbas encaminhadas da União e  
131 do Estado. O Sr. Junior fez uma reflexão sobre a transparência do Conselho Municipal de  
132 Saúde. Lembrou que o debate sobre o orçamento é antigo. Houve discussão sobre a  
133 autonomia do Conselho na Conferência Nacional de Saúde. Os veículos de comunicação  
134 (jornais falados, escritos, sites, entre outros) têm um custo. Citou os recursos do Conselho  
135 Municipal de Saúde de São José do Rio Preto. Afirmou que o Conselho Estadual de Saúde do  
136 Estado de São Paulo tem tudo custeado, pois se trata de um trabalho de relevância pública.  
137 Apontou que a Secretaria Municipal de Saúde não discutiu o Orçamento com este Conselho, o  
138 que fere a Constituição e a resolução 333. Afirmou que é necessário debater com os  
139 vereadores para a inclusão do Orçamento do Conselho e sugeriu a entrada no Ministério  
140 Público contra a intransigência da não discussão. A Sra. Isabel diz que não existe o CNPJ para o  
141 Conselho. E que o trabalho será o mesmo que já vem sendo feito. Afirmou que o valor  
142 proposto é muito para. Lembrou que o trabalho é voluntário e não trampolim para outras  
143 metas. Que quando o conselheiro vai realizar o trabalho do controle social deve ser custeado.  
144 Afirmou que falta comunicação. Diz que não foi possível preencher as vagas para o curso de  
145 formação dos conselheiros. Falou que um Centro de Saúde de pequeno porte custa em torno  
146 de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por ano. Propôs trabalhar para conseguir o CNPJ. O  
147 Dr. Fábio afirmou que o controle social inclui todos os segmentos e que não deve ser  
148 priorizado mais que outro e que R\$ 100.000,00 (cem mil reais) não são suficientes. Questionou  
149 sobre qual autonomia está sendo discutida, deve ser discutida a autonomia ética. Deve-se  
150 falar, no espaço do Conselho, vários outros pontos. Afirmou que a autonomia não se consegue



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



151 apenas com dinheiro e sim com a democratização dos espaços. O Sr. Junior questionou o pleno  
152 se deveria abrir o quarto bloco de falas, sendo aprovado por unanimidade. O Sr. Facin explicou  
153 que a autonomia inclui todos os aspectos e que sempre trabalhou com ética e transparência.  
154 Relatou que não é possível ser serviente. Explicou que saiu do Conselho Fiscal porque não é  
155 tratado com ética e que os documentos só chegam em cima da hora. Afirmou que não adianta  
156 ter o recurso se o conselheiro não tiver responsabilidade e que a falta divulgação cria o  
157 esvaziamento. Sugeriu que o Plano de Ações e Metas é o próximo passo. A Sra. Wilma solicitou  
158 uma questão de ordem propondo a otimização das falas pelo adiantado da hora. A Dra. Maria  
159 Luiza levantou uma questão de ordem pela necessidade de alguns cadeirantes dependentes do  
160 PAE que estavam no Conselho para apreciar o PAM. O Dr. Edson lembrou que o sentido do  
161 Conselho é todos os segmentos. Afirmou respeitar a história deste Conselho. Também se  
162 colocou preocupado com o montante, sendo que os Distritos não possuem orçamento. A  
163 construção deve ser pactuada. A Sra. Francisca elencou a questão do preconceito e afirmou a  
164 necessidade do estudo detalhado do valor proposto. Diz que não quer ser massa de manobra  
165 de nenhum segmento e que fora eleita representante pelos trabalhadores. Lembrou que a sua  
166 unidade não possui carros para a visita. A autonomia não se faz com dinheiro e sim com  
167 sabedoria. O Sr. Cabral colocou que ninguém no recinto teve coragem de dizer que é contra e  
168 que para encerrar um bom projeto é só alongar a discussão. Lembrou que o montante é  
169 grande, mas nem por isso deve se acabar com o projeto. Colocou que a ação do controle social  
170 do Conselho Local de Saúde do Jardim Aurélia permitiu uma economia para a Prefeitura  
171 Municipal de Campinas fiscalizando a obra do Centro de Saúde. A Sra. Cleusa afirmou que a  
172 sociedade brasileira não possui a cultura de discutir orçamento e que há sete anos existe o  
173 Orçamento Participativo. A falta do hábito gerou a falta da prioridade pelo debate. Colocou-se  
174 constrangida por morar em uma cidade onde os habitantes não conhecem o trabalho dos  
175 conselheiros. Falou sobre a necessidade de contratação de uma equipe especializada para os  
176 cursos de capacitação de conselheiros e que faltam informações para a votação dos convênios.  
177 Apontou discriminação institucional e a falta de neutralidade nas palavras proferidas no pleno.  
178 Questionou qual investimento foi feito com os conselheiros. O Sr. Porsani colocou que a  
179 Câmara dos Vereadores tem a obrigação de acompanhar essa discussão e questiona quantos  
180 vereadores compareceram. Lembrou que as associações de moradores de bairros ajudam os  
181 Conselhos Locais a observar os problemas e que o Conselho Municipal de Saúde tem a  
182 obrigação de fiscalizar. Propôs a aprovação do percentual de 0,30% do orçamento da  
183 Secretaria Municipal de Saúde. O Sr. Cláudio Trombetta afirmou que os recursos propostos  
184 têm a finalidade de trazer informações para os conselheiros da periferia. Diz que as regras para  
185 com o Conselho não são obedecidas. Citou a sétima Conferência Municipal de Saúde, artigo  
186 treze. O Sr. André colocou ser um equívoco opor gasto com controle social com assistência e  
187 que é necessária autonomia para o trabalho dos conselheiros. Propôs realizar o Plano de Ações  
188 e Metas do Conselho. O Sr. Xavier diz ter conhecido o Conselho Municipal de Saúde de São  
189 José do Rio Preto e que conheceu um distrito distante usando o veículo próprio do conselho  
190 supracitado. Colocou sobre a importância das Microplenárias de saúde. O Sr. Junior afirmou  
191 que ninguém fica indignado pelo fato da SMS não ter discutido o orçamento com o Conselho e  
192 quando este propõe uma peça orçamentária, gera indignação. Após, iniciou a votação da Peça  
193 Orçamentária 2009 do Conselho Municipal de Saúde com o PAM sendo o resultado: 27 (vinte e  
194 sete) votos **a favor**, 01 (hum) voto **contrário** e 01 (uma) abstenção, sendo, portanto, **aprovado**.  
195 Sugeriu também a votação pela representação junto ao Ministério Público contra a falta de  
196 transparência e pelo CNPJ, o qual foi sugerido uma questão de ordem pelo Dr. Pedro  
197 Humberto, devido a falta de esclarecimento da proposta. O Sr. Júlio César solicitou uma  
198 questão de ordem onde os funcionários do Complexo Ouro Verde gostariam de relatar alguns  
199 informes ocorridos no local. O Sr. Junior informou que seria colocado no momento dos  
200 informes. A Dra. Maria Luiza iniciou a apresentação do Plano de Ação e Metas do Centro de





## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 Referência em Reabilitação, onde houve participação de todos os segmentos do controle  
202 social, destacando a participação maciça de usuários. Após, a Sra. Maria Rodrigues Naves –  
203 coordenadora do Centro de Referência, continuou a apresentação. A Sra. Maria Helena  
204 questionou onde entra a Reabilitação da pessoa idosa. O Dr. Fábio afirmou que a UNICAMP  
205 vem tentando realizar a articulação de alguns programas de Referência colocando os serviços  
206 do Hospital das Clínicas na perspectiva da referência. Diz que existem problemas de  
207 comunicação. A Sra. Teresita lembrou que existe uma legislação de cotas para emprego de  
208 pessoas com deficiências e questionou se o Paço Municipal de Campinas possui pessoas com  
209 qualquer espécie de deficiência. O Sr. Hildebrando, da Associação de Fisioterapeutas,  
210 parabenizou o trabalho do Centro de Referência em Reabilitação manifestando apoio. O Sr.  
211 Wander parabenizou a execução. A Sra. Cristina Ilário afirmou haver avanços nos Planos de  
212 Ações e Metas em Campinas e que recursos estratégicos alocados em planos estratégicos é  
213 SUS. A Sra. Teresinha apontou a ausência da inclusão dos chagásicos. A Dra. Maria Luíza  
214 respondeu que o trabalho com os idosos é realizado no Centro de Referência do Idoso, onde o  
215 Centro de Referência em Reabilitação esteve presente na sua concepção. Porém nas ações do  
216 CRR não existe faixa etária. Afirmou que tem interesse em estreitar as relações com a  
217 UNICAMP. Informou ainda que o CRR não trabalha com a doença e sim com as dificuldades  
218 que a doença traz. A Sra. Maria Naves respondeu que Campinas têm feito um bom trabalho na  
219 inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A Dra. Maria Luiza agradeceu ao  
220 apoio da Sra. Cristina Ilário e a Dra. Valéria Vendramim e o trabalho do Dr. Pedro Humberto.  
221 Após as respostas, o Sr. Junior iniciou o processo de votação do Plano de Ações e Metas 2009  
222 do Centro de Referência em Reabilitação, sendo o resultado: 22 (vinte e dois) votos **a favor** e  
223 nenhum voto **contrário** ou **abstenção**, sendo, portanto, aprovado por unanimidade. O Sr.  
224 Junior informou que a apresentação dos Termos Aditivos seria pautada para a próxima  
225 reunião. O Sr. Júlio César questionou o número de votos e o horário do início da reunião e da  
226 votação. O Sr. Junior respondeu que a reunião iniciou-se às 19h10min (dezenove horas e dez  
227 minutos) e a votação foi realizada às 21h46min (vinte e uma horas e quarenta e seis minutos),  
228 mas devido a importância da pauta, o pleno havia estendido. Informou que haverá reunião do  
229 Grupo de Trabalho da Saúde da População Negra. A Sra. Cristina Ilário solicitou que o Sr. Junior  
230 esclarecesse o motivo da prorrogação da reunião para não inviabilizar. O Sr. Junior lembrou  
231 que, nenhum conselheiro fora contrário a prorrogação do pleno devido a importância e  
232 relevância do tema do PAM do CRR. O Sr. Júlio César afirmou que, após duas horas de reunião,  
233 deve ser perguntado ao pleno se deve ou não prorrogar e que o Regimento Interno não  
234 fornece autonomia para a mesa diretora decidir. A Dra. Valéria informou que a partir de 1º de  
235 novembro, a Clínica Raskin realizará atendimentos das 07:00 às 17:00 e, que após esse horário,  
236 os atendimentos serão referenciados, regulados pelo SAMU e encaminhados ao HC UNICAMP  
237 ou para o HMCP PUC Campinas. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior,  
238 Secretário Executivo do Conselho Municipal, lavro a presente ATA, assinando-a com os demais  
239 presentes.